

STJ00108631

VINICIUS SILVA LEMOS

INCIDENTE DE  
RESOLUÇÃO DE  
DEMANDAS REPETITIVAS

Londrina/PR  
2019

  
**THOTH**  
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth. Londrina/PR.  
 www.editorathoth.com.br  
 contato@editorathoth.com.br  
 Diagramação e Capa: Editora Thoth e Nabil Slaibi  
 Revisão: os autores. Editor chefe: Bruno Fuga  
 Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

### Conselho Editorial

Prof. Me. Bruno Augusto Sampaio Fuga	Prof. Dr. Flávio Tartuce
Prof. Me. Thiago Caversan Antunes	Prof. Dr. Carlos Alexandre Moraes
Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior	Prof. Dr. Celso Leopoldo Pagnan
Prof. Me. Thiago Moreira de Souza Sabião	Prof. Dr. Fábio Fernandes Neves Benfatti
Prof. Me. Tiago Brene Oliveira	Prof. Dr. Elve Miguel Cenci
Prof. Dr. Zulmar Fachin	Prof. Dr. Bianco Zalmora Garcia
Prof. Me. Anderson de Azevedo	Esp. Rafaela Ghacham Desiderato
Prof. Me. Ivan Martins Tristão	Prof.ª. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador
Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva	Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues
Prof.ª. Dr. Deise Marcelino da Silva	Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino
Prof. Me. Erli Henrique Garcia	Me. Aniele Pissinati
Prof. Me. Smith Robert Barreni	Prof. Dr. Gonçalo De Mello Bandeira (Port.)
Prof.ª. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza	Prof. Me. Arthur Bezerra de Souza Junior
Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Carvalho	Prof. Me. Henrico Cesar Tamiozzo

---

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L557i Lemos, Vinicius Silva  
 Incidente de resolução de demandas repetitivas/ Vinicius Silva Lemos. – Londrina,  
 PR: Thoth, 2019.  
 234 p.  
 Bibliografia: p. [221]-234  
 ISBN 978-85-941116-55-0  
 1. Brasil [Código de Processo Civil (2015)]. 2. Poder judiciário – Brasil. 3.  
 Organização judiciária – Brasil. I. Título.

CDD 347.8105

**Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária Rafaela Ghacham Desiderato  
 CRB 14/1437**

Índices para catálogo sistemático  
 1. Processo civil : Brasil : 347.8105

---

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.  
 Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se  
 responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

## SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	5
NOTAS DO AUTOR.....	9
PREFÁCIO.....	11
INTRODUÇÃO.....	19

### **CAPÍTULO 1**

A MULTIPLICIDADE DE DEMANDAS NO BRASIL.....	23
1.1 Os direitos individuais homogêneos no Brasil e a massificação das demandas em matéria idêntica pela ampliação ao acesso à justiça.....	24
1.1.1 A existência de questões repetitivas: outra multiplicidade a ser resolvida.....	28
1.1.2 A formação de precedente para gestão de estoque.....	30
1.2 A tentativa no CPC/73 dos recursos excepcionais repetitivos: a gestão de estoque de demandas via precedente judicial.....	33
1.2.1 O recurso excepcional repetitivo como técnica de causa-piloto ..	35
1.2.2 A impossibilidade da parte de requerer o rito repetitivo ..	36
1.2.3 A criação de um microsistema de formação de precedentes repetitivos e o diálogo entre os repetitivos e o IRDR ..	37
1.3 O art. 926 e a sua importância ao processo civil brasileiro.....	40
1.3.1 O combate à jurisprudência lotérica ..	44
1.4 A ampliação dos repetitivos para os Tribunais de segundo grau: IRDR ..	47
1.5 As influências estrangeiras para a construção do IRDR.....	51

### **CAPÍTULO 2**

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS...61	
2.1 Equívoco na nomenclatura: demandas ou questões repetitivas? .....	64
2.2 Técnica de julgamento por amostragem ou de tutela de direito coletivo? .....	65
2.3 Requisitos de cabimento para a instauração do incidente.....	67
2.3.1 Questão somente de direito.....	67
2.3.1.1 Questão de direito material ou processual.....	69
2.3.1.2 Ausência de restrições materiais para a questão de direito repetitiva.....	70
2.3.2 Multiplicidade efetiva de demandas com a mesma questão .....	70
2.3.3 Risco de ofensa à isonomia ou à segurança jurídica: decisões divergentes.....	73

2.3.4 É requisito para a instauração do IRDR que exista processo com a questão de direito pendente no Tribunal? .....	74
2.3.5 A impossibilidade de instauração quando a matéria está afetada por Tribunal Superior como requisito negativo do IRDR .....	75
2.3.6 A necessidade da conjunção de todos os requisitos de cabimento? .....	76
2.3.7 A possibilidade de nova suscitação do IRDR: a ausência de formação de coisa julgada na inadmissibilidade.....	77
2.4 IRDR: causa-piloto ou procedimento modelo? Processo subjetivo ou objetivo? .....	78
2.5 A legitimidade para a suscitação do IRDR .....	81
2.6 A competência para o julgamento do IRDR: o órgão interno do Tribunal .....	84

## CAPÍTULO 3

O PROCESSAMENTO DO IRDR.....	87
3.1 O pedido suscitante do IRDR.....	87
3.2 A recepção, distribuição e o juízo de admissibilidade.....	89
3.2.1 A possibilidade de fungibilidade com o IAC.....	90
3.2.2 O efeito no processo originário do protocolo do pedido do IRDR: necessidade de petição de informação e impossibilidade de julgamento .....	94
3.3 A decisão de afetação do IRDR.....	96
3.3.1 A avocação pelo colegiado competente do processo base para o julgamento do IRDR.....	97
3.3.2 A suspensão dos processos com identidade material naquele Tribunal.....	98
3.3.3 A possibilidade de ampliação dos processos representativos da controvérsia .....	101
3.3.4 O processamento do IRDR com a definição do contraditório ampliado.....	102
3.3.4.1 A audiência pública no IRDR.....	105
3.3.4.2 Existe uma falta de representatividade de ausentes no IRDR?....	106
3.4 A comunicação da suspensão aos órgãos julgadores e ao CNJ .....	108
3.5 A possibilidade de ampliação da suspensão diretamente em Tribunais Superiores.....	109
3.6 A desistência do IRDR e a inserção do Ministério Público.....	111
3.7 O prazo para o processamento do IRDR, a maturação analítica e a remessa para julgamento.....	112

## CAPÍTULO 4

O JULGAMENTO DO IRDR.....	115
4.1 A sustentação oral no IRDR .....	115
4.2 O julgamento da questão de direito do IRDR.....	116
4.2.1 A necessidade de uma fundamentação analítica e pormenorizada.....	117
4.2.2 A necessidade da análise das questões suscitadas pelos atores do contraditório ampliado: amicus curiae, Ministério Público e audiências	

públicas.....	121
4.2.3 A necessidade da análise coletiva das questões definidas na decisão de afetação e a formação da ratio decidendi do precedente vinculante	124
4.3 A cisão cognitiva do procedimento-modelo .....	127
4.4 O julgamento dos processos representativos da controvérsia pelo mesmo colegiado competente pelo IRDR.....	128
4.5 A comunicação da decisão do IRDR ao órgão, ao ente ou à agência reguladora competente para fiscalização de questão relativa a prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado .....	130
4.6 A publicidade da existência do IRDR e da decisão que fixa a tese ...	131

## **CAPÍTULO 5**

O RECURSO DA DECISÃO DO IRDR .....	135
5.1 As possibilidades recursais cabíveis do julgamento do IRDR.....	135
5.2 A legitimidade recursal excepcional da decisão que fixa a tese jurídica do IRDR .....	136
5.3 O recurso excepcional impugnativo da decisão que resolve o IRDR: aplicabilidade da súmula 513 do STF e um modelo de recorribilidade idêntico ao existente no incidente de arguição de inconstitucionalidade? .....	137
5.4 A ressignificação de causa decidida pelo IRDR e sua recorribilidade excepcional.....	142
5.5 A conclusão pela recorribilidade excepcional da decisão que fixa a tese jurídica no IRDR .....	144
5.6 As peculiaridades dos recursos excepcionais sobre a decisão que fixa a tese jurídica no IRDR: efeito suspensivo automático e repercussão geral presumida.....	146
5.7 A recepção e tramitação do recurso excepcional sobre a decisão que fixa a tese jurídica como um recurso repetitivo .....	148
5.8 Revisão da tese jurídica.....	151
5.8.1 A inércia argumentativa e o ônus argumentativo na revisão de tese .....	152
5.8.2 A modulação de efeitos da revisão de tese.....	155

## **CAPÍTULO 6**

A CONSOLIDAÇÃO DA DECISÃO DO IRDR E A SUA APLICAÇÃO .....	159
6.1 A consolidação no Tribunal de segundo grau.....	159
6.2 O caráter preparatório para uma repetição federal ou constitucional: a falácia sobre a aplicabilidade da decisão do IRDR ou sobre a formação de precedente judicial no IRDR .....	160
6.3 A consolidação da decisão do IRDR somente no Tribunal Superior via recurso excepcional e a vinculação.....	162
6.4 A vinculação da decisão estabilizada e consolidada do IRDR para os processos afetados e para os processos futuros.....	165
6.4.1 Aplicabilidade da decisão do IRDR: após a prolação da decisão ou após o trânsito em julgado da decisão? .....	165

6.4.2 O julgamento dos processos afetados suspensos: em primeiro grau e no Tribunal .....	166
6.4.3 A formação de precedente judicial para os processos futuros: a vinculação para os juízes de primeiro grau e dos órgãos fracionários do Tribunal pela decisão do incidente.....	167
6.4.4 A necessidade de possibilitar o devido processo legal nos processos com possível aplicação do IRDR .....	170
6.5 As formas de aplicação do precedente formado pelo IRDR .....	171
6.5.1 A improcedência liminar do pedido e a decisão proferida em IRDR .....	171
6.5.2 A tutela de evidência do art. 311, II e a decisão proferida em IRDR .....	175
6.5.3 A dispensa de remessa necessária de decisão fundada em precedente formado em IRDR.....	178
6.5.4 A possibilidade da decisão monocrática e a sua relação com o precedente formado em IRDR.....	181
6.5.5 A ênfase à desistência das demandas contrárias já existentes com questões de IRDR .....	183
6.5.6 O IRDR e o sistema de julgamento parcial .....	184
6.6 As formas de controle da não utilização do precedente formado pelo IRDR .....	186
6.6.1 O cabimento da reclamação .....	187
6.6.2 Embargos de declaração para atacar decisão omissa sobre precedente de IRDR.....	188
6.6.3 O agravo interno sobre a decisão monocrática baseada equivocadamente em precedente de IRDR ou omissa sobre o precedente de IRDR.....	191
6.6.4 A possibilidade de pedido de distinção quando o processo suspenso não contiver identidade ao IRDR.....	193

## **CAPÍTULO 7**

ALGUNS ASPECTOS CRÍTICOS DO IRDR.....	197
7.1 O IRDR e a sua relação com os Juizados Especiais Cíveis .....	197
7.2 Inconstitucionalidades do IRDR?.....	199
7.3 Cabimento em Tribunais Superiores .....	207
7.4 Collateral Stoppel: coisa julgada perante terceiros?.....	208
7.5 A prescrição da matéria afetada em IRDR em processos afetados ou de identidade fático-jurídica .....	210
7.6 A participação dos terceiros afetados na procedimentalidade do IRDR: o poder pelo convencimento da participação do terceiro .....	211
7.7 A eficácia persuasiva do IRDR fixado por um Tribunal para irradiação em outro Tribunal.....	215
CONCLUSÃO .....	217
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	221